



# REUNIÃO DO COMITÉ EXECUTIVO ALARGADO DA AGPAOC, Conacri (GUINÉ) 20 e 21 NOV 2024



## AGENDA ANOTADA

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
QUORUM.....	4
1) PROJECTO DE AGENDA; .....	4
2) PONTO DA SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DO COMITÉ DIRECTOR ALARGADO EM LAGOS/NIGÉRIA (NOVEMBRO DE 2023) .....	4
3) ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROGRAMA PROVISÓRIO DA ASSOCIAÇÃO PARA 2024.....	7
4) BREVE SÍNTESE DAS REUNIÕES DOS COMITÉS TÉCNICOS REALIZADAS EM 2024 (FEE, AAJ, SMPEE, ETID, LO, RCP, RFMP)7	
5) ESTATUTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGPAOC .....	8
5A) A SITUAÇÃO DOS GABINETES DA PCP.....	8
5B) EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO .....	9
6) ACTUALIZAÇÃO DE ALGUNS DOS PROJECTOS DA ASSOCIAÇÃO .....	9
6A) SITUAÇÃO DOS PROJECTOS EM CURSO DA ASSOCIAÇÃO .....	9
6B) NOVO PROJECTO .....	11
7) INTRODUÇÃO DO ESPANHOL COMO QUARTA LÍNGUA DE TRABALHO.....	11
8) ESTADO DOS PAGAMENTOS DAS COTAS ANUAIS DE MEMBROS .....	14
9) ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO SECRETARIADO-GERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023.....	15
9A) SITUAÇÃO FINANCEIRA .....	15
9a.1) <i>Demonstração dos Resultados</i> .....	15
9B) EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2023 DO SECRETARIADO GERAL.....	15
9b.1) <i>Receitas</i> .....	15
9b.2) <i>Despesas</i> .....	15
9C) RELATÓRIO DE AUDITORIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	16
9c.1) <i>Montantes a pagar</i> .....	16
9c.2) <i>Receitas previstas</i> .....	16
10) ESTADO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO SECRETARIADO-GERAL NO FINAL DE SETEMBRO DE 2024.....	16
11) PROJECTO DE ORÇAMENTO 2025 PARA O SECRETARIADO-GERAL .....	17
12) ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROGRAMA PROVISÓRIO PARA A ASSOCIAÇÃO EM 2025.....	17
13) DESENVOLVER UMA COOPERAÇÃO MULTIFACETADA E REFORÇAR A CAPACIDADE DOS AGENTES PORTUÁRIOS .....	18
14) ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO PANAFRICANA DE COOPERAÇÃO PORTUÁRIA (APCP) E PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO .....	19
15) NOVOS PEDIDOS DE ADESÃO AO AGPAOC .....	19
16) ADOÇÃO DO CERTIFICADO DE MEMBRO PARA OS MEMBROS (MEMBROS DE PLENO DIREITO, ASSOCIADOS, OBSERVADORES).....	20
17) QUADRO DAS REUNIÕES ESTATUTÁRIAS E DA DIRECÇÃO DOS COMITÉS TÉCNICOS DA ASSOCIAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2025-2027.....	21
18) NOMEAÇÃO DE UM NOVO REVISOR OFICIAL DE CONTAS .....	21
19) ROTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO AGPAOC .....	21
20) PROPOSTAS DE TEMAS E DATAS PARA O 45º CONSELHO E A 20ª CONFERÊNCIA DA MESA REDONDA DOS DIRECTORES-GERAIS DO AGPAOC.....	22
21) VARIADO.....	24
22) ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DO COMITÉ. ....	24
ANEXOS .....	25



## INTRODUÇÃO

A conectividade com o interior, a fluidez dos intercâmbios e a fiabilidade das operações são pilares fundamentais para garantir um serviço eficaz aos nossos territórios do interior. Determinam o crescimento económico dos nossos países, o desenvolvimento das infra-estruturas e, de um modo mais geral, a integração regional e internacional.

A reunião do Comité Executivo Alargado da AGPAOC 2024 reveste-se, por isso, de particular importância, pois é evidente que a nossa relação com o interior contribui para o acesso aos mercados nacionais, aumenta o volume de comércio, melhora a eficiência logística e reforça a competitividade dos portos.

À medida que continuamos a trabalhar em conjunto para promover os interesses da nossa Associação e dos seus membros, esta sinergia fomenta o crescimento económico regional e reforça a posição dos portos como centros comerciais fundamentais.

Durante esta reunião, que se tornou um dos pontos de encontro cruciais do sector portuário, teremos a oportunidade de examinar em pormenor os progressos realizados até à data, avaliar os desafios encontrados e definir um roteiro claro para o próximo ano. O nosso compromisso para com a excelência e a inovação guiará as nossas discussões à medida que procuramos identificar novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento para a AGPAOC.

Como membros do Conselho de Administração, temos a responsabilidade colectiva de orientar a nossa associação para um futuro próspero e sustentável. Graças à nossa colaboração e ao nosso empenho, ultrapassaremos todos os obstáculos que se nos deparam e atingiremos com êxito os nossos objectivos.

As suas ideias, conhecimentos e empenho são essenciais para o nosso sucesso coletivo.

O objetivo desta reunião é, portanto, entre outras coisas, estabelecer um roteiro claro e conciso para garantir o bom funcionamento de 2025. Como tal, analisaremos os tópicos de interesse nas reuniões do Conselho de Administração para garantir que reflectem as prioridades e os interesses dos nossos membros.

De acordo com o Director-Geral do Porto Autónomo de Conacri, a reunião do Comité Executivo Alargado de 2024, presidido por **Martin BOGUIKOUA**, terá lugar em 20 de novembro de 2024, antes da sessão plenária de encerramento do Conselho 2024.

O objectivo desta reunião é, como habitualmente, pronunciar-se sobre as questões cruciais que se colocam à nossa Associação, a fim de dar um impulso à resposta da nossa Associação a novos problemas, alguns dos quais restritivos.



## QUORUM

**De acordo com o Regulamento Interno da APOC, a Comissão Executiva só pode deliberar com a presença de, pelo menos, dois terços (2/3) dos seus membros. A actual composição da Mesa é a seguinte:**

- Presidente : Gabão
- 1º Vice Presidente : Nigéria
- 2º Vice Presidente : Guiné
- 1º Vogal: Senegal
- 2º Vogal: Guiné Equatorial
- 3º Vogal: Gâmbia

O Secretariado-Geral é o relator desta reunião.

### 1) PROJECTO DE AGENDA;

**O Comité de Gestão Alargado pode considerar, para aprovação, o projeto de ordem de trabalhos para esta reunião, que consta do Anexo A.**

Adoção do horário de trabalho :

A reunião do Comité terá início todos os dias às 08:30 e terminará às 17:00.

- ✓ A primeira pausa para café será das 10h30 às 10h50;
- ✓ Pausa para almoço das 13h00 às 14h30; e
- ✓ 2º intervalo para café das 16h45 às 17h00


### 2) PONTO DA SITUAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DO COMITÉ DIRECTOR ALARGADO EM LAGOS/NIGÉRIA (NOVEMBRO DE 2023)

Recomendação	Acções realizadas desde 9 de novembro de 2023
<b>CDE/22/recomendação No1.</b> Relativamente ao pagamento de 200 USD por participante no Conselho Anual.	<p>O Conselho de Administração ratificou a decisão de pagar o montante de 200 dólares por participante no 42º Conselho Anual, como gesto de solidariedade para permitir que os portos membros organizem o Conselho numa base rotativa.</p> <p>Em conformidade com a resolução pertinente, todos os delegados dos portos membros são convidados a pagar o referido montante na 43.ª reunião anual do Conselho, agendada para 18 a 21 de novembro de 2024, em Conacri, na Guiné.</p> <p>O Secretariado-Geral da APOC aplicou efetivamente esta disposição no 43º Conselho Anual. Foi angariado um total de 80.000 dólares para o porto anfitrião da Autoridade Portuária Nigeriana. A partir de agora, esta disposição será aplicada sempre que se realizar uma Assembleia Geral Anual. O Secretariado-Geral gostaria de agradecer aos Directores-Gerais por terem envolvido um grande número de delegados na reunião do Conselho de Administração e insta-os a</p>

	<p>continuem a fazê-lo.</p> <p>Os Directores-Gerais dos portos membros que tomaram esta decisão são instados a assegurar que o número de delegados inscritos no Conselho Anual não seja reduzido, em especial para garantir a participação de peritos dos Comitês Técnicos e das Redes nos Conselhos.</p>
<p><b>CDE/23/recomendação No2. Relativa à redução da taxa de 30% a pagar pelo Centro de Formação para as actividades realizadas</b></p>	<p>A assembleia ouviu os argumentos do concessionário e aceitou uma redução de 10% da taxa. Pediu ao concessionário que liquidasse todos os seus pagamentos em atraso e que pagasse uma taxa de 20% sobre as actividades realizadas no exercício de 2024. Além disso, a Concessionária foi convidada a apresentar uma demonstração de resultados ao Conselho de Administração no final do exercício de 2024, tendo em vista a revisão do contrato de concessão.</p> <p>Até à data, foram pagos <b>2 050 936 FCFA</b> (3 331,27 USD) em atraso. No entanto, até à data, não foi organizado nenhum dos seis (6) cursos de formação previstos.</p> <p>Quanto ao pedido de audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do BENIM, foram tomadas medidas e aguardamos a confirmação da data da audiência para transmitir a mensagem da AGPAOC de encontrar uma sede adequada em vez de uma sede nas instalações do Centro Administrativo que está a ser construído pelo Porto Autónomo de Cotonou.</p>
<p><b>CDE/22/recomendação N03:</b> sobre a situação financeira da Autoridade Portuária Nacional da Libéria.</p>	<p>A reunião ouviu os pontos de vista da Libéria e felicitou-a pelos esforços envidados no sentido de pagar um ano dos cinco (5) anos de dívidas em atraso. Por conseguinte, a Comissão recomendou que a ANP liberiana pagasse dois anos suplementares em 2023 e 2024, ou seja, 50% do montante ainda em dívida, a fim de lhe conceder o desconto de 50% sobre os referidos pagamentos em atraso.</p> <p>A NPA é constantemente instada a cumprir esta disposição, mas ainda não o fez. É de notar que as recentes eleições na Libéria conduziram a mudanças significativas na liderança do porto. A ANP é, por conseguinte, convidada a participar ativamente nas reuniões e sessões de formação organizadas pela AGPAOC para a ajudar a cumprir as suas obrigações financeiras.</p>
<p><b>CDE/22/ Recomendação NO 4:</b> relativa a visitas a países em dificuldades. Estes são : Mauritânia (Nouakchott e Nouadhibou), Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, RDC...</p>	<p>O Secretário-Geral visitou os portos acima referidos, que se congratularam com a iniciativa e prometeram retomar a sua adesão à Associação. O mesmo aconteceu com o Porto de São Tomé e Príncipe, que será visitado em 2024, e que se comprometeu a participar neste encontro anual.</p> <p>Note-se que estamos a assistir gradualmente ao regresso dos portos de Nouakchott, da Guiné-Bissau e da Libéria, que participam nos nossos programas de formação e reuniões estatutárias. Em menor</p>

	<p>escala, o Porto de MATADI participa nos nossos programas de formação subsidiados.</p>
<p><b>CDE/22 Recomendação No6:</b> Sobre a adopção do modelo de estatísticas portuárias.</p>	<p>O CDE recomendou que os portos membros adoptassem o Modelo como instrumento de recolha e tratamento de estatísticas para a AGPAOC e instou todos os membros a disponibilizarem as suas estatísticas baseadas no Modelo ao Secretariado-Geral da AGPAOC. A questão premente dos dados como elemento de estratégia levou o Secretariado-Geral a propor a criação de uma rede formal, à semelhança da rede dos Comandantes dos Portos e dos Pfsos.</p> <p>A fim de harmonizar ainda mais as estatísticas e alinhar o modelo com o modelo a utilizar pelas três associações portuárias no âmbito da APCP, foram realizadas reuniões com o BAD durante 2024 para chegar a acordo sobre um modelo comum. Por conseguinte, a reunião de estatísticos inicialmente prevista para a Serra Leoa foi adiada para uma data posterior.</p> <p>No entanto, convém recordar que a recolha de estatísticas continua a ser problemática devido ao facto de alguns portos continuarem a não fornecer dados.</p>
<p><b>DE/22/Recomendação N8:</b> sobre a revisão do certificado de membro dos portos e organizações membros da AGPAOC</p>	<p>Na impossibilidade de encontrar uma acta de constituição da AGPAOC, foi necessário redigir um certificado de adesão para responder aos numerosos pedidos das instituições regionais, incluindo os bancos. Na sessão de Libreville, o Comité Técnico da AAJ elaborou um novo certificado que estabelece as orientações do CDE, incluindo a frequência de publicação, as autoridades designadas para assinar e publicar nas línguas de trabalho.</p> <p>A assinatura dos primeiros certificados para alguns dos nossos portos necessitados foi bem recebida e permitiu-nos responder aos pedidos dos bancos.</p>
<p><b>CDE/22/Recomendação NO 20:</b> sobre o tema da 19ª Mesa Redonda das DG no 44º Conselho Anual.</p>	<p><b>O CDE</b> escolheu “Os Portos e o Meio Marinho Costeiro” como tema da 19ª Mesa Redonda das Direcções-Gerais na 44ª Reunião Anual do Conselho. O porto e o meio marinho costeiro”. No entanto, tendo em conta a recente evolução da atualidade marítima e portuária, revimos o tema da seguinte forma :</p> <p><b>« Otimizar o acesso ao interior: Desafios em matéria de conetividade, fluidez e fiabilidade »</b></p> <p>Os termos de referência foram redigidos pelo Secretário-Geral e submetidos aos portos membros, organizações irmãs e parceiros. As datas de 18 a 21 de novembro de 2024 mantêm-se inalteradas, permitindo que o 44.º Conselho Anual se realize em Conacri, na GUINÉ.</p>





**Convida-se o Comité Executivo Alargado a tomar nota da aplicação das recomendações acima referidas e a formular observações, se necessário.**

### **3) ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROGRAMA PROVISÓRIO DA ASSOCIAÇÃO PARA 2024**

O ano de 2024 foi mais estimulante, com uma nova metodologia para as reuniões estatutárias que exigem um verdadeiro acompanhamento das recomendações resultantes das nossas reuniões, com um impacto mensurável nas actividades portuárias. Assim, o convite aos portos membros para acolherem as reuniões semestrais e anuais respeitou o princípio da rotatividade que rege o funcionamento da nossa Associação.

É o trabalho dos portos membros, que todos os anos dão aos seus peritos a oportunidade de apreciar o trabalho realizado pelo porto anfitrião durante visitas no terreno para conhecer, comentar e ajustar o trabalho realizado pelos seus homólogos nesses portos.

Isto mostra o quanto o porto anfitrião beneficia dos conhecimentos dos outros e contribui para a economia do país através dos hotéis e dos transportes adicionais necessários para estas reuniões.

Estas análises críticas terão agora de ser enviadas para a porta do anfitrião para análise e utilização.

Gostaria também de agradecer às autoridades portuárias pela sua disponibilidade para acolher reuniões durante o ano.

Após a 43ª reunião anual do Conselho da Autoridade Portuária da Nigéria, a Autoridade Portuária da Serra Leoa realizou a sua reunião semestral do Comité de Gestão, seguida da 44ª reunião do Conselho do Porto Autónomo de Conacri, que definirá o rumo para 2025.

Uma vez que o Conselho coroa as actividades anuais da nossa Associação, é feito um apelo aos portos membros para que, com base no mesmo princípio, acolham as reuniões semestrais da Associação (Comités Técnicos, Redes e Comité de Gestão, etc.). É importante notar que as reuniões de todos os comités técnicos e redes tiveram lugar e deram origem a recomendações que serão aperfeiçoadas e incluídas nos relatórios deste Conselho para resolução. (**Anexo B:** Quadro das actividades obrigatórias para 2024).

***O Comité de Gestão Alargado é convidado a tomar nota, comentar e aprovar o calendário de actividades proposto para 2024.***

### **4) BREVE SÍNTESE DAS REUNIÕES DOS COMITÉS TÉCNICOS REALIZADAS EM 2024 (FEE, AAJ, SMPEE, ETID, LO, RCP, RFMP)**

A resiliência demonstrada em todo o mundo e, em particular, na nossa zona económica, e aplicando as recomendações do Comité de Gestão Alargado no 41.º Conselho, todos os portos contactados aceitaram acolher presencialmente as reuniões previstas.

De abril a agosto de 2024, o Secretariado-Geral organizou todas as reuniões estatutárias da Associação (comités técnicos, redes, Comité Executivo).

Segue-se um resumo das reuniões:

Nº	Datas	Tipo de reunião	Número de participantes	Porto organizador	OBS
1	10-13 abril 24	FEE/AAJ	45+44 = <b>89</b>	LIBREVILLE/GABÃO	
2	20-22 maio 24	CD	20	FREETOWN/ SIERRA LEOA	
3	19-21 junho 24	SMPAE/ETID/CA	54+42+31 = <b>127</b>	KRIBI/CAMARÕES	
4	1 - 03 julho 24	RCPFFso	<b>53</b>	PRAI/CABO VERDE	
5	17-19 julho 24	RPFPM	125	ABIDJAN/COTE D'IVOIRE	
6	18-21 nov. 24	44º Conselho	350	CONACRI/GUINÉ	

O 44.º Conselho proporcionará a todos os comités técnicos e redes a oportunidade de se reunirem para actualizarem os seus relatórios e apresentarem as suas conclusões à sessão plenária do Conselho para debate e adoção.

***Convida-se o Comité Executivo alargado a felicitar todos os portos membros que honraram os seus compromissos e a registar que os relatórios pormenorizados dos Comités Técnicos serão apresentados na sessão plenária do 44º Conselho para adoção.***

## 5) ESTATUTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGPAOC

O Centro de Formação Profissional AGPAOC está longe de ter atingido os objectivos fixados aquando da sua concessão, por duas razões principais: o reforço das capacidades dos quadros portuários sobre novos temas, em função da evolução do sector portuário, e a procura de financiamentos suplementares. Convém, por conseguinte, descrever a situação atual do referido centro, centrando-se em dois aspectos (a situação das instalações do centro e a execução do contrato de concessão):

### 5a) A situação dos gabinetes da PCP

É de salientar que o Centro de Formação, que beneficia de um estatuto diplomático por força do acordo de sede, se encontra numa situação algo precária desde há cerca de dois anos, devido às obras públicas empreendidas pelo Estado do Benim.

As obras de ampliação do porto levaram ao despejo de muitas empresas que ocupavam a zona próxima do centro, que se situa também no domínio portuário. Foram realizadas reuniões com a Autoridade Portuária para se inteirar da proposta apresentada pelo Governo do Benim para a construção do edifício administrativo do Porto Autónomo de Cotonou. Consequentemente, a Autoridade Portuária disponibilizou instalações no





referido edifício para acolher o Centro de Formação, tendo solicitado a continuação das actividades até à entrega do edifício administrativo, inicialmente prevista para o final de 2024.

As nossas tentativas de contacto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Benim ficaram sem resposta até ao momento.

### 5b) Execução do contrato de concessão

O contrato de concessão do Centro de Formação Profissional com a ACL por um período de cinco (5) anos, assinado em 2018, está a chegar ao fim. No entanto, devido à falta de resultados convincentes e tendo em conta alguns factores importantes, o Comité de Gestão, na sua reunião de novembro de 2023 em Lagos, Nigéria, prorrogou o referido contrato por mais um ano (1), a fim de avaliar a conta de exploração do Centro de Formação e decidir que medidas tomar. No final do ano suplementar, o Secretariado Geral da AGPAOC não pode afirmar uma evolução positiva tendo em conta os objectivos fixados, apesar do cavaleiro de deslocalização da Formação assinado pelo concessionário e pelo Secretário Geral da AGPAOC para oferecer uma formação de proximidade adequada aos portos membros, atenuando assim o ambiente que reina em torno da sede.( Anexo C: Estratégia de externalização da formação)

***O Comité Executivo Alargado é convidado a ouvir a Concessionária sobre o seu desempenho, a dar o seu parecer sobre o contrato supramencionado e a fazer quaisquer alterações necessárias.***

## 6) ACTUALIZAÇÃO DE ALGUNS DOS PROJECTOS DA ASSOCIAÇÃO

O sector marítimo e portuário é dinâmico por excelência e, pela sua própria natureza e pelo foco das suas actividades, está exposto a muitas mudanças no ambiente tecnológico e económico internacional. O impacto desta evolução na gestão dos recursos materiais e humanos obriga a uma adaptação constante das políticas e dos meios de exploração portuária em todo o mundo.

Neste contexto, a AGPAOC deve manter-se atenta a todas estas evoluções e traduzi-las em projectos cuja realização efectiva permita aos portos membros, por um lado, tirar partido destas evoluções e, por outro, responder a certas expectativas crescentes dos seus clientes.

### 6a) Situação dos projectos em curso da Associação

O quadro seguinte mostra a evolução dos projectos AGPAOC até outubro de 2024.

Projecto Actividade	Estado de execução
1 <b><i>O painel de peritos AGPAOC</i></b>	O Painel de Peritos já dispõe de um grande número de peritos, alguns dos quais foram utilizados em vários projectos, incluindo o projeto-piloto de Formação de Formadores para o projecto IPCOEA de criação de instalações



	<p>portuárias de balcão único (GUP) e do Sistema Comunitário Portuário (PCS), e a utilização de peritos de Abidjan, Dakar e Douala.</p> <p>Prosseguimos os nossos esforços para construir e enriquecer este painel de peritos com o projeto de Parceria Sustentável entre o Banco Mundial e a AGPAOC, a partir do qual foi selecionada uma lista de peritos em desenvolvimento sustentável, que foram colocados a trabalhar no referido projeto.</p> <p>O mesmo se aplica à procura de peritos portuários especializados em ambiente no âmbito do FÓRUM DOS PORTOS VERDES, uma iniciativa da União Africana cujas primeiras reuniões se realizaram de 27 a 29 de março de 2023 em Adis Abeba, na Etiópia, e que constitui um prolongamento do tema abordado pelos portos na 17ª mesa redonda do 42º Conselho Anual, que teve Angola como anfitriã.</p> <p>Haverá também uma apresentação do Painel de Mulheres Profissionais Marítimas e Portuárias, que apelou à criação de um intercâmbio de competências SMI.</p> <p>Por outras palavras, o intercâmbio de competências está a ser construído, consolidado e utilizado para implementar projectos ligados aos nossos portos. Este é também o momento de exortar os Portos a continuarem a apresentar candidaturas espontâneas, quer colectiva quer individualmente, para que tenhamos os homens e as mulheres certos para levar a cabo as nossas actividades.</p> <p>Gostaríamos também de informar o Comité Executivo Alargado que, no âmbito da assistência prestada pelo Estado da Malásia através do Porto de PORTKLAN, foi realizado um curso de formação em gestão portuária dirigido por especialistas portuários de África, Europa e Ásia para dezasseis (16) Autoridades Portuárias e 26 participantes, de 23 a 27 de setembro no Hotel SAKAWA em Lomé. A formação foi totalmente financiada pelo governo da Malásia através do Porto de PORTKLAN, o 13º maior porto de contentores do mundo.</p> <p>Além disso, o formulário de inscrição é enviado a pedido ou o perito pode inscrever-se diretamente no sítio Web da AGPAOC: <a href="https://www.agpaoc-pmawca.org">https://www.agpaoc-pmawca.org</a> na secção do painel de peritos.</p>
4	<p><b>Projecto de Parceria Banco Mundial/AGP AOC sobre Desenvolvimento Sustentável (SPP)</b></p> <p>O projeto de parceria com o Banco Mundial (BM) e a PENAf (Ports Environmental Network-Africa), lançado oficialmente de forma virtual a 29 de abril de 2021, concluiu os seus trabalhos com uma visita ao terreno para apoiar o levantamento preliminar.</p> <p>Depois de ter visitado os portos do Gana, de Abidjan e de Cabo Verde, o comité elaborou um relatório sobre as quatro (4) prioridades que estiveram na base do estudo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade do ar,</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A transição energética,</li> <li>• Erosão costeira,</li> <li>• Gestão de resíduos.</li> </ul> <p>Os resultados deste estudo, sob a forma de um documento de referência, serão distribuídos aos portos membros para consulta.</p>
--	---

**Convida-se o Comité Executivo alargado a tomar conhecimento de todas as actualizações dos projectos da Associação e a apresentar observações, se for caso disso.**

### 6b) Novo Projecto


Sob reserva de obtenção de financiamento, o Secretariado-Geral propõe ao Comité de Gestão um (1) novo projeto cuja realização poderá permitir aos portos da nossa sub-região tirar partido das numerosas mutações em curso no sector marítimo internacional.

Este projeto seleccionado poderá ser revisto pelos comités técnicos competentes da Associação para assistir o Secretariado-Geral na elaboração do caderno de encargos e na programação da sua execução, em função das fontes de financiamento disponíveis.

Projecto / Actividade	Objectivos ou justificação do projeto	Orçamento estimado em US\$ ou Porto Anfitrião/Programa
2 <b>Projecto de Turismo de Cruzeiros</b>	<p>O desenvolvimento de um porto de cruzeiros é benéfico para o desenvolvimento económico de um país. Do ponto de vista de um porto, é essencial compreender e procurar satisfazer os critérios dos potenciais utilizadores do porto de origem. Antes de desenvolver um porto como porto de cruzeiros, é essencial ter em conta as necessidades das companhias de cruzeiros. A autoridade portuária precisa de saber o que precisa e espera de um porto de cruzeiros.</p> <p>É importante recolher as suas ideias e responder às suas necessidades específicas em termos de política de gestão portuária. Os navios de cruzeiro devem ter acesso a infra-estruturas portuárias, superestruturas, abastecimentos e serviços adequados para facilitar o transporte do navio e dos passageiros.</p>	<p>Lançamento do inquérito 1º trimestre de 2025</p>

## 7) INTRODUÇÃO DO ESPANHOL COMO QUARTA LÍNGUA DE TRABALHO

Este pedido da Autoridade Portuária da Guiné Equatorial (APGE), com dois (2) portos (MALABO e BATA), foi objeto de recomendações de quase todos os Comités Técnicos da



Associação desde 2013. O Secretariado nota que a Guiné Equatorial é o único país da África Ocidental que tem o espanhol como língua oficial de trabalho.

Em todas as organizações internacionais, a introdução de uma língua como língua oficial baseia-se nos seguintes elementos:

**i. O número de países membros que falam esta língua**

Se a língua for falada por um número significativo de países (pelo menos 2 ou mais), a organização analisa então as implicações orçamentais para cobrir todos os custos necessários para introduzir efetivamente a língua no programa de trabalho.

**ii. A dimensão e a capacidade do país membro (quando se trata de um único país) para suportar uma maior proporção do custo da introdução da língua como meio de comunicação oficial de trabalho.** Recordamos que, em certas organizações internacionais, a República Popular da China, por exemplo, teve de disponibilizar um orçamento suplementar para introduzir o chinês como língua de trabalho. A APGE pode, por conseguinte, considerar esta opção como a melhor forma de ajudar a Associação a suportar o custo adicional do espanhol como língua de trabalho do AGPAOC.

É com base nestas considerações que, em África, o espanhol não é uma língua de trabalho da União Africana, da CEEAC e da WAPPGA. O inglês, o francês e o português foram adoptados como línguas de trabalho destes organismos regionais com base nos critérios acima referidos.

Uma vez que a Guiné Equatorial se encontra na segunda categoria (o único país de língua espanhola na região da WAPPGA), o Comité de Direção pode solicitar ao WAPG que analise a possibilidade de disponibilizar fundos adicionais por ano como um “Fundo de apoio ao espanhol como língua oficial da WAPPGA”. De acordo com a estimativa do Secretariado, será necessário um orçamento mínimo de 40 000 dólares por ano para cobrir os custos da introdução do espanhol como língua de trabalho. Isto cobrirá itens como a componente do sítio Web (\$10.000); tradução de documentos (\$10.000); apoio/subvenção aos países anfitriões para cobrir os custos adicionais de interpretação em espanhol para todas as reuniões (\$15.000), e depois custos diversos, incluindo administração (\$5.000).

Para além destas informações, as modalidades e condições financeiras são propostas do seguinte modo

O Comité Executivo foi informado de que os custos logísticos associados à introdução de uma 4ª língua de trabalho são enormes. Por conseguinte, em conformidade com a prática de outras organizações internacionais, o país requerente será convidado a contribuir para a tradução dos documentos e a prestar apoio à interpretação. Com base nas nossas estimativas de base, a introdução de uma outra língua de trabalho resultará nos seguintes custos adicionais por ano :

	<b>Itens</b>	<b>Custo (US\$)</b>
1	500 páginas de documentos traduzidos a uma tarifa de \$15 por página	7.500

2	O custo da interpretação para uma língua adicional exigirá 2 intérpretes adicionais para cada reunião durante 6 reuniões, cada reunião com uma duração de 4 dias, mais o custo do equipamento. Cada intérprete custa 500 dólares por dia durante 4 dias por reunião. A AGPAOC organiza 6 reuniões por ano (5 comités técnicos e 1 reunião do Conselho de Administração): Consequentemente, o custo total para 1 língua adicional será de: $\$500 \times 2$ (intérpretes) $\times 4$ (dias) $\times 6$ (reuniões por ano) = $\$24\,000$ Equipamento de interpretação para 1 consola adicional, técnico estimado em $\$400$ por reunião para 6 reuniões = $\$2.400$	26.400
	<b>CUSTO TOTAL ANUAL</b>	<b>26.400</b>
	NB: As estimativas acima são as mínimas, partindo do princípio de que é sempre possível encontrar 1 intérprete de espanhol que fale inglês, francês e português.	
3	O custo da actualização do sítio Web para desenvolver conteúdos em espanhol: 500 páginas de documentos existentes devem ser traduzidas para espanhol a 15 dólares por página	10.000
4	os custos administrativos e logísticos adicionais da adição de uma quarta língua estão também estimados em cerca de 5 000 dólares por ano, que poderão ser cobertos pelo Secretariado como parte das suas despesas de funcionamento correntes.	5000

Gostaríamos de salientar que uma das razões pelas quais os membros se queixaram e pediram que as reuniões se realizassem em 4 dias em vez de 5 foi o custo das reuniões, em particular o custo da interpretação multilingue. Assim, se com 3 línguas os membros têm dificuldade em cobrir os custos, acrescentar uma quarta língua iria agravar a situação.

O Secretariado gostaria de salientar que, pelas mesmas razões de custo, até à data, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comissão da União Africana limitaram o número de línguas de trabalho a três (3) apenas (francês, inglês e português). Se estes organismos governamentais não puderam incluir o espanhol devido a restrições orçamentais, então a AGPAOC deveria aprender com o seu exemplo.

A história da AGPAOC mostra que a Associação começou com apenas o inglês e o francês como línguas de trabalho. E quando o português foi introduzido mais tarde, os países lusófonos tiveram de contribuir mais para a tradução e interpretação para português durante vários anos até que a WAPPGA, seguindo os exemplos da CEEAC e da UA, também aceitou oficialmente o português como a sua 3ª língua de trabalho.

O Conselho de Administração deve ter em conta que esta questão foi debatida na última reunião do Comité Administrativo e Jurídico, que recomendou as seguintes quatro opções para apreciação e decisão do Conselho de Administração relativamente ao financiamento do custo da introdução do espanhol como quarta língua de trabalho:

**Opção 1:** A Guiné Equatorial deve cobrir a totalidade dos custos adicionais de 26 400 dólares americanos por ano;

**Opção 2:** A Guiné Equatorial deve cobrir 50% dos custos, enquanto a Associação, através dos países que acolhem as reuniões, cobrirá os restantes 50%;



**Opção 3:** O custo total de 26 400 dólares deve ser partilhado por todos os portos membros;

**Opção 4:** O custo total de 26.400 dólares deve ser coberto a 100% pelo orçamento do Secretariado.

Conscientes da necessidade de a Guiné Equatorial participar ativamente nas reuniões da WAPPGA, de acordo com os países anfitriões do 43º Conselho e Conferência da APCP, aceitámos a tradução do espanhol para encorajar a Guiné Equatorial a dar um passo em frente na resolução deste problema de longa data. Assim, na sua sessão de maio de 2024 na Serra Leoa, o Comité de Direção obteve um acordo da Guiné Equatorial para que 50% dos 26 400 dólares, ou seja, 13 200 dólares, fossem pagos pelos Portos da Guiné Equatorial e metade pelos outros membros. No entanto, constatamos que a referida administração não reagiu favoravelmente a esta decisão.

***Convida-se o Comité Executivo Alargado a tomar nota da análise supra e a recordar que a Guiné Equatorial tinha anteriormente apresentado um pedido de cobertura dos custos, mas não foi tomada qualquer medida. Formular as observações necessárias e concluir este dossier, se for caso disso.***

## **8) ESTADO DOS PAGAMENTOS DAS COTAS ANUAIS DE MEMBROS**

Actualização das quotas dos membros em 30 de setembro de 2024

Até **30 de setembro de 2024**, **75%** dos portos membros tinham pago as suas quotas anuais. No entanto, os membros que ainda não pagaram as suas quotas anuais são :

1. APGB/Guiné Bissau,
2. NPA/ Libéria
3. Guiné Equatorial - Malabo (para os pagamentos em atraso de 2021 e 2022)
4. Port Autonome de Nouadhibou/ Mauritânia
5. ONATRA/RDC
6. PAN/Mauritânia

O Secretariado-Geral gostaria de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção dos portos que ainda não honraram os seus compromissos para a necessidade de o fazerem, a fim de disponibilizarem recursos para o bom funcionamento da Associação.

O exemplo dado pelos Portos que cumpriram este objetivo deverá criar uma boa emulação com vista a uma melhor planificação de certos projectos que o Secretariado gostaria de lançar para dar um melhor conhecimento da Associação. Em particular, a utilização de peritos portuários para apoiar projectos comunitários.

***Convida-se o Comité Executivo a tomar nota das atualizações e do nível das assinaturas pagas pelos membros da Associação. Felicitar os membros que têm as suas quotizações em dia e fazer comentários, se for caso disso.***



## 9) ANÁLISE DO RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO SECRETARIADO-GERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2023

Em conformidade com o mandato que lhe foi conferido, o revisor de contas da Associação apresentou ao Comité o seu relatório relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

### 9a) Situação Financeira

No final do exercício de 2023, o ativo e o passivo do Secretariado-Geral estarão equilibrados em **2 462 642,92 USD**, contra **2 362 212,32 USD** em 31 de dezembro de 2022, com um resultado líquido positivo de **70 217,68 USD**, contra **201 540,08 USD** em 31 de dezembro de 2022, o que representa uma diminuição substancial de 13,4%.

#### 9a.1) Demonstração dos Resultados

ELEMENTS	31/12/2022	31/12/2023	ECART	%
Produits	865 387,92	808 606.30	-56 781,62	-6,56%
Charges	663 857,08	738 388.62	36 433,46	5,48%
<b>RESULTATS</b>	<b>201 530,84</b>	<b>70 217.68</b>	<b>-131 313,16</b>	<b>-65,15%</b>

O quadro acima apresenta um resumo das receitas e despesas geradas durante o exercício de 2023.

Durante o exercício de 2023, as receitas diminuíram 6,56% e as despesas aumentaram 5,48%, o que resultou num resultado positivo de 70.217,68, ou seja, uma diminuição de 65,15%.

### 9b) Execução do orçamento de 2023 do Secretariado Geral

A execução do orçamento do Secretariado-Geral em 31/12/2023 é a seguinte

#### 9b.1) Receitas

De uma previsão de **790.480,38 USD**, foram realizados **684.867,95 USD**, ou seja, uma queda de **13,4 %**, devido principalmente a:


- ✓ Pagamentos em atraso dos membros efectivos,
- ✓ O facto de o Concessionário do Centro de Formação Profissional (CFP) não ter conseguido realizar cursos de formação orçamentados em 30.000 dólares,
- ✓ Não pagamento de quotas em atraso pelos membros associados,
- ✓ Reduzir a taxa de juro dos depósitos a prazo.

#### 9b.2) Despesas

##### a. Operacionais

De uma previsão de **672.134,00 USD**, foram realizados **684.000,87 USD**, ou seja, uma queda de **11 866,87 % (1,77%)**;

##### b. Investimento:



Em contraste com o exercício de 2022, em que não foram previstas despesas de capital, registamos uma previsão de 86 000 USD para uma execução de 81 795,5 USD, o que dá uma taxa de execução de 95,11% em 2023.

O exame das despesas de funcionamento e de capital, ou seja, **765 796,37 USD**, mostra que o conjunto destas despesas não é coberto pelas receitas obtidas durante o ano, que se elevam a **684 867,95 USD**, ou seja, uma insuficiência de tesouraria de **80 928,42 USD**.

**Nota: esta situação deve-se principalmente a perdas cambiais causadas por flutuações substanciais do NAIRA e do CFA, por um lado, e a despesas com o pagamento de seguros, por outro.**

### **9c) RELATÓRIO DE AUDITORIA DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Em conformidade com o mandato que lhe foi conferido, o revisor de contas da Associação apresentou ao Comité o seu relatório relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Trata-se essencialmente de uma auditoria das receitas provenientes dos serviços prestados pelo Centro de Formação Profissional durante o exercício de 2023.

#### **9c.1) Montantes a pagar**

O montante total em dívida em 31 de dezembro de 2023 era de 2 050 936 FCFA (que foi pago durante o período de auditoria).

#### **9c.2) Receitas previstas**

O montante das receitas previstas pelo Secretariado-Geral relativamente aos serviços prestados pelo centro de formação profissional durante o exercício de 2023 é de **4.950 USD**.

Após análise, o Comité felicitou o auditor pela qualidade do relatório e aprovou as recomendações feitas ao Secretariado-Geral.

Por conseguinte, o Comité recomenda que o Comité Executivo aprove as contas do exercício 2023 e dar plena quitação ao Secretário da Empresa pela sua gestão durante este ano financeiro (**Anexo D: Relatório sobre a auditoria das contas de 2023 do Secretariado Geral e do PTC**).

***Convida-se o Comité Executivo a tomar nota das atualizações acima e a fazer comentários, se necessário.***

### **10) ESTADO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO SECRETARIADO-GERAL NO FINAL DE SETEMBRO DE 2024**

O Orçamento de 2024 do Secretariado Geral, aprovado pelo Comité Diretor Ampliado durante sua Sessão de Novembro de 2023, está delineado da seguinte forma:

- a. A receita total projetada é de USD 713,340, comparado a USD 790,480 em 2023, refletindo uma redução de 9,75%;

- b. As despesas totais projetadas são de USD 669,134, comparado a USD 672,134 em 2023, representando uma redução de 0,4%;
- c. A receita operacional projetada é de USD 470,955.31, abaixo dos USD 488,331.34 em 2023;
- d. As despesas operacionais projetadas são de USD 417,413.43, comparado a USD 429,672.37 em 2023;
- e. As despesas de capital estão projetadas em USD 4,394.10, significativamente menores que os USD 81,795.50 em 2023.

### **Tabela Resumo**

Ano	RECEITAS ORÇAMENT AIS	RECEITAS EFECTIVA EM 30/09/...	% DE RECEITAS EXECUTA DAS EM 30/09...	DESPESAS ORÇAMENT AIS	DESPESAS EFECTIVAS EM 30/09/.....	% DE DESPESAS EXECUTADA S EM 30/09....
2023	790,480.00	488,331.34	61.78%	672,134.00	429,672.37	63.93%
2024	713,340.00	470,955.31	66.02%	669,134.00	417,413.43	62.38%

***O Comité de Direção Alargado é convidado a tomar nota das sínteses orçamentais aprovadas pelo Comité de Direção e executadas pelo Secretariado-Geral até ao final de setembro de 2024.***


### **11) PROJECTO DE ORÇAMENTO 2025 PARA O SECRETARIADO-GERAL**

Em conformidade com a ética financeira, todos os orçamentos devem ser aprovados antes da sua execução. Assim, foi aceite que o orçamento do Secretariado-Geral da APOC seja aprovado pelo Conselho do ano anterior ao exercício N+1, após análise por um Comité Técnico Ad hoc, antes de ser proposto ao Comité Executivo Alargado. Anexo E: Projeto de Orçamento para 2025

### **12) ANÁLISE E APROVAÇÃO DO PROGRAMA PROVISÓRIO PARA A ASSOCIAÇÃO EM 2025**

O ano de 2024 terminou com uma nota alta em termos de sucesso na organização das reuniões estatutárias. O ano de 2025 deverá seguir a mesma dinâmica, com muito mais clareza, e este Conselho Anual, depois de todas as outras reuniões estatutárias, é a prova disso.

Na sequência da realização do 41º Conselho pelo Porto Autónomo de Douala e do 42º pela APANG em ANGOLA, do 43º pela Autoridade Portuária da Nigéria em Lagos e do 44º pelo Porto Autónomo de Conacri na República da Guiné, espera-se vivamente que os outros membros mantenham a dinâmica em benefício da Associação.



Por conseguinte, solicita-se ao Porto Autónomo de Pointe-Noire, no Congo, que confirme a organização da 45ª reunião anual do Conselho, de acordo com a ordem de rotação. O mesmo se aplica à organização de outras reuniões estatutárias (Comités Técnicos, Redes e Comité de Gestão, etc.) pelos portos membros designados de acordo com o mesmo princípio de rotação.

O quadro provisório de actividades encontra-se no (Anexo F: Projeto de Agenda de Actividades 2025).

***O Conselho de Administração Alargado é convidado a tomar nota do calendário de actividades proposto para 2025 e convida todos os membros que têm reuniões agendadas para 2025 a honrarem as suas obrigações.***

### **13) DESENVOLVER UMA COOPERAÇÃO MULTIFACETADA E REFORÇAR A CAPACIDADE DOS AGENTES PORTUÁRIOS**

Essencialmente, os portos membros da AGPAOC têm o dever de se empenharem em intercâmbios mutuamente benéficos, que são estruturados por etapas, desde os Comitês Técnicos até ao Conselho de Administração e à Mesa Redonda.

A AGPAOC criou também um Centro de Formação para traduzir as conclusões das conferências e do trabalho dos comités em cursos de formação para as partes interessadas do sector portuário. Embora os primeiros mencionados estejam operacionais, o mesmo não se pode dizer do Centro de Formação, que não recebeu qualquer formação significativa desde a 43.ª reunião do Conselho de Administração, para cumprir a sua missão em termos de reforço das capacidades e de geração de recursos adicionais.

Para colmatar esta falta de reforço das capacidades, o Secretariado-Geral da AGPAOC desenvolveu parcerias com institutos de formação (ISMI) e organizações de desenvolvimento (Expertise-France) em projectos de formação para os portos membros da AGPAOC.


Desde o início do ano, foram organizados quatro (4) cursos de formação para 100 agentes sobre os temas da **Cibersegurança (Douala)**, **Gestão de Crises (Abidjan)** e **Manuseamento e Gestão de Materiais Perigosos (Pointe-Noire)** e **Formação de Formadores**, inteiramente pagos pelo Projecto EnMAR criado pela Expertise France com financiamento da União Europeia.

O mesmo se aplica ao ISMI para as acções de formação das autoridades portuárias e das comunidades portuárias sobre **o manuseio de matérias perigosas**, num total de cinquenta (50) quadros.

Além disso, o curso de formação em gestão portuária, financiado pelo Governo da Malásia através da Port Klan Authority (PKA), beneficiou 26 intervenientes portuários e 16 portos. Este curso de formação, que beneficiou da experiência de vários participantes, teve lugar no hotel SAKAWA em Lomé, República do Togo.

A última acção de formação com a CEDEAO está prevista para 16-18 de outubro de 2024, em Abidjan, e centrar-se-á na validação da gestão dos resíduos químicos e das matérias perigosas na região da CEDEAO.

Para além destas formações, empresas especializadas em Inteligência Artificial (IA)



aplicada à atividade portuária pretendem ajudar os portos a melhorar a rapidez das suas operações. É o caso da N2SH, que já está a trabalhar com alguns portos e pretende alargar a sua experiência a todos os nossos membros.

Gostaria de felicitar os Directores-Gerais que aceitaram enviar os seus agentes sempre que tal lhes foi solicitado. (Anexo G: Recomendações de formação EnMAR)

***O Conselho de Direcção Alargado é convidado a tomar nota do desenvolvimento das parcerias em benefício dos portos membros e a fazer recomendações, se for caso disso.***

#### **14) ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO PANAFRICANA DE COOPERAÇÃO PORTUÁRIA (APCP) e PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO**

O 43.º Conselho Anual da AGPAOC, realizado em LAGOS, serviu de quadro para a transferência de responsabilidade entre a PMAESA e a AGPAOC na coordenação das actividades desta organização de cúpula que reúne as três (3) Associações Portuárias de África (UAPNA, PMAESA e AGPAOC).

No final do Comité de Direcção Alargado, a reunião solicitou ao Office des Ports et Rades du Gabon (OPRAG), cujo Director-Geral e Presidente do AGPAOC é o seu Presidente Executivo, que organizasse uma conferência para reunir os membros desta importante associação, que se encontrava adormecida.

Em resposta a este pedido, por ocasião do seu quinquagésimo aniversário, o OPRAG organizou a conferência da APCP em colaboração com o IAPH sobre o tema : " DESAFIOS GLOBAIS E O CAMINHO PARA PORTOS AFRICANOS INTELIGENTES E RESILIENTES".

A conferência, que foi apoiada pelas mais altas autoridades do Gabão, contou com a presença de Sua Excelência o 1º Ministro da República do Gabão, acompanhado pelo Ministro dos Transportes e da Marinha. Para além dos dirigentes portuários participantes, participaram também as seguintes estruturas e organizações IAPH, IMO, UNCTAD, BAD, UNIÃO AFRICANA, TANGER MED.


No final desta reunião, fomos contactados pelo Director-geral da Tanger Med para que a APCP tivesse uma sede e Marrocos estivesse interessado. O objetivo desta iniciativa é reforçar as prerrogativas desta associação e falar a uma só voz nas decisões portuárias e marítimas.

Recorde-se que a sede da APCP é rotativa entre as três associações irmãs, Norte, Este e Sul e Oeste e Centro.

***O Comité Executivo é convidado a comentar a organização da conferência da APCP, a felicitar o porto anfitrião pela organização de três eventos num só e a comentar a proposta de Tanger Med e a fazer recomendações, se necessário.***

#### **15) NOVOS PEDIDOS DE ADESÃO AO AGPAOC**

Na 41ª Assembleia Geral Anual, foi referido que alguns Membros Observadores já não estavam interessados em tornar-se Membros da nossa Associação devido à falta de "mercados".



Na sequência disso, o Conselho de Administração recomendou que lhes fosse enviada uma carta a recordar e que fossem tiradas as consequências em caso de resposta insatisfatória em termos de direitos e deveres.

Em resposta a esta recomendação, o Secretariado-Geral enviou uma carta às estruturas supramencionadas na 42ª reunião do Conselho, mas não foram tomadas quaisquer medidas. O mesmo se aplica à 43ª reunião do Conselho. Estes são: **Marine Data Solutions Ltd** (África do Sul); **Hypernica Ltd** (África do Sul), **General Services Group** (GSSA) (Togo), **Appropriate Communications Ltd** (Bélgica), **Transport Events Management** (Malásia), organizadores de conferências intermodais que foram retirados da lista de parceiros do AGPAOC. O mesmo se aplica aos membros não activos, cuja lista se encontra em anexo ao presente relatório.

No entanto, é com satisfação que constatamos que as estruturas seguintes respeitam os seus compromissos com a AGPAOC e participam nos debates sobre o desenvolvimento dos portos membros da nossa Associação. Estes são:

Webb Fontaine, CODEX e a Fundação Porto de Las Palmas, todos eles desejosos de se tornarem membros da nossa Associação. Recebemos também um pedido do grupo ARISE, que já tem algumas relações de trabalho com vários portos da nossa área geográfica, incluindo San-Pedro na Costa do Marfim e Libreville no Gabão, Kribi nos Camarões, Lomé no Togo com a Plateforme Industrielle d'Adekotipe (PIA), e o último é Douala. Participaram também na 43ª reunião anual do Conselho em Lagos e tencionam participar na 44ª. (Anexo H: Estruturas não activas a eliminar das contas da PMAWCA.)

***O Comité Executivo é convidado a tomar nota da destituição de alguns membros observadores por inacção e ausência prolongada; a felicitar aqueles que estão a cumprir os seus compromissos e a fazer comentários, se for caso disso.***

## **16) ADOÇÃO DO CERTIFICADO DE MEMBRO PARA OS MEMBROS (MEMBROS DE PLENO DIREITO, ASSOCIADOS, OBSERVADORES)**

A procura quase constante, por parte dos bancos e instituições financeiras da nossa área geográfica, de documentos que especifiquem a filiação dos nossos membros para a transferência de fundos, por um lado, e para preencher o vazio de uma associação feita numa base voluntária, por outro, o Secretariado Geral da AGPAOC propôs a ideia de assinar um documento que deveria ter um carácter legal para prevenir qualquer eventualidade. Por conseguinte, sob proposta do Secretariado-Geral da APOC e após alteração pelo Conselho Anual em Lagos, voltamos a apresentar o referido documento, revisto pela Comissão de Assuntos Administrativos e Jurídicos no formato abaixo, para parecer e recomendações. (Anexo I: Modelo de certificado de membro).

Entende-se que este formato cabe numa folha de papel para facilitar a sua utilização e contém textos jurídicos. O documento contém igualmente as assinaturas do Secretário-Geral e do Porto ou da estrutura membro. Recorde-se que a procura da acta de criação do AGPAOC em SIERRA-LEONE, onde se realizou a última reunião do Comité Executivo, foi infrutífera.

***Convida-se o Comité Executivo Alargado a tomar nota da ausência de acta de criação e/ou de ficha de adesão do AGPAOC, a validar a presente ficha, submetida à sua assinatura, e a formular eventuais observações.***





## 17) QUADRO DAS REUNIÕES ESTATUTÁRIAS E DA DIRECÇÃO DOS COMITÉS TÉCNICOS DA ASSOCIAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2025-2027

O quadro seguinte apresenta o calendário para os portos que acolhem as reuniões e para o Comité Técnico e os Gabinetes da Rede. Esta é uma boa altura para exortar cada porto membro a organizar uma reunião quando for a sua vez. (Anexo J: Tabela de Comitês Técnicos e Gabinetes de Rede e Portos Anfitriões de Reuniões).

## 18) NOMEAÇÃO DE UM NOVO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Comité Executivo alargado foi informado de que o mandato do Porto Autónomo de Kribi como Revisor Oficial de Contas da Associação durante dois exercícios financeiros terminaria no final da 44ª Reunião Anual do Conselho, em conformidade com os Estatutos da Associação. Após ter certificado as contas do Secretariado-Geral para 2022 e 2023, Christophe BENGONO, cujo trabalho foi realizado com abnegação no que diz respeito aos procedimentos internos do Secretariado e do Centro de Formação Profissional para a boa gestão, recebeu as felicitações do Comité de Finanças e Estudos Económicos na sua sessão de abril de 2024 em Libreville e tomou nota das mesmas.

O próximo auditor nomeado da Associação é a APANG.

O Comité de Finanças e Estudos Económicos recomenda a adoção da presente proposta pelo Comité Executivo Alargado.

No final da 44ª reunião do Conselho de Administração, que marca o fim do exercício financeiro do Porto Autónomo de Kribi, será enviada uma carta ao Director-Geral do referido porto para lhe agradecer e felicitar por ter colocado um dos seus quadros à disposição da AGPAOC.


***Convida-se o Comité Executivo alargado a examinar e debater quaisquer questões que possam ser levantadas no âmbito deste ponto.***

## 19) ROTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DO AGPAOC

De acordo com os Estatutos da APOC, o mandato do Presidente da APOC é de dois (2) anos e a sua substituição é feita numa base rotativa. Dois anos significa também que um Presidente teve tempo para presidir a duas reuniões anuais.

O Office des Ports et Rades (OPRAG), tendo sido designado no 42º Conselho em Angola, pôde presidir ao 43º Conselho em Lagos, Nigéria, tal como o 44º Conselho aqui em Conacri, na República da Guiné. O Presidente da AGPAOC terá completado dois anos de mandato e terá de passar a presidência da AGPAOC ao seu 1º Vice-Presidente, a Autoridade Portuária Nigeriana (NPA).

No final da reunião do Conselho de Administração, os novos dirigentes da Associação serão os seguintes

- 
- Presidente: Nigéria
  - 1º Vice Presidente : Guiné
  - 2º Vice Presidente : Senegal
  - 1º Vogal: Guiné Equatorial
  - 2º Vogal: Gâmbia
  - 3º Vogal: Angola

NB: É de notar que o terceiro membro a entrar é o primeiro membro do Comité Executivo.

A próxima reunião do Conselho de Administração será organizada pelo Porto da APANG em Angola, em 2025.

## **20) PROPOSTAS DE TEMAS E DATAS PARA O 45º CONSELHO E A 20ª CONFERÊNCIA DA MESA REDONDA DOS DIRECTORES-GERAIS DO AGPAOC**

De acordo com o princípio de rotação que rege o funcionamento da Associação, o Porto Autónomo de Pointe-Noire será o próximo a acolher o 45º Conselho Anual, seguido de Capt-vert para o 46º.

Além disso, tal como discutido na reunião semestral do Comité de Direção de 2024, o Porto Autónomo de Pointe Noire será contactado para obter o seu acordo de princípio para acolher o 45. A data e o local exactos serão comunicados de acordo com o Director-Geral do referido porto.


De acordo com a prática habitual, o Secretariado-Geral propõe os seguintes temas à atenção dos Directores-Gerais para seleção e aprovação:

### **Tema 1: Reinventar a gestão do estado do porto: Para um desenvolvimento sustentável e resiliente das infra-estruturas portuárias face aos desafios económicos e ambientais.**

O comércio marítimo global continua a crescer, aumentando a pressão sobre os portos para otimizarem a utilização das suas propriedades. Na verdade, os portos devem encontrar soluções para explorar melhor os seus limitados recursos terrestres, garantindo simultaneamente uma maior competitividade. Seria, por isso, adequado abordar a questão da rentabilidade dos espaços e das infra-estruturas portuárias.

Num ambiente em que os portos desempenham um papel estratégico nas economias nacionais e regionais, a gestão transparente e eficiente das concessões é crucial para evitar a corrupção e os conflitos de interesses. Isto garante que os investimentos públicos e privados são bem geridos, proporcionando ao mesmo tempo benefícios tangíveis às comunidades locais.

Além disso, as alterações climáticas, a subida do nível do mar e a pressão para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa constituem grandes desafios para os portos. Este tema realça a necessidade de os portos adoptarem práticas de gestão sustentáveis, o que não é apenas uma obrigação moral, mas também um imperativo económico a longo prazo.



Além disso, deve ser entendido que os avanços tecnológicos oferecem oportunidades consideráveis para transformar a forma como os portos gerem os seus domínios. A digitalização permite melhorar a eficiência, a transparência e as necessidades de previsão. Num contexto em que as tecnologias evoluem rapidamente, este tema ajuda a mostrar como os portos se podem tornar mais ágeis e eficientes.

## **Tema 2: Porto comunitário: Reforçar o compromisso local para o desenvolvimento inclusivo**

Os portos, historicamente vistos como centros logísticos e comerciais globais, devem reinventar o seu papel a nível local. Em 2025, não podem continuar a contentar-se em ser motores do comércio internacional, devem também tornar-se catalisadores do desenvolvimento das comunidades envolventes. Este tema reflete esta transformação, ao colocar o envolvimento local no centro das estratégias portuárias, de forma a maximizar os benefícios económicos e sociais nas regiões que os acolhem.


Os portos geram benefícios económicos consideráveis, mas estes ganhos devem ser partilhados de forma mais equitativa com as populações locais. O desenvolvimento inclusivo garante que estas comunidades beneficiam de empregos, formação e infra-estruturas melhoradas. Em 2025, as expectativas são claras: os portos devem demonstrar a sua capacidade de criar oportunidades económicas tangíveis para as populações locais, garantindo assim uma distribuição equitativa dos benefícios.

Hoje, as expectativas das pessoas em relação às empresas e às infra-estruturas locais, incluindo os portos, centram-se cada vez mais na responsabilidade social. As comunidades esperam compromissos concretos para o seu bem-estar económico e ambiental. Este tema realça a importância de os portos adoptarem uma abordagem de desenvolvimento mais inclusiva, integrando as questões sociais nas suas prioridades estratégicas.

Os projetos de desenvolvimento portuário, muitas vezes associados a grandes transformações ambientais e territoriais, podem suscitar resistências locais. Ao adoptar uma abordagem comunitária inclusiva, os portos podem não só aliviar as tensões, como também reforçar a aceitabilidade social dos seus projectos. Este tema incentiva uma melhor integração das preocupações locais para garantir um desenvolvimento harmonioso, reduzindo os conflitos e facilitando a implementação de futuras iniciativas portuárias.

o desafio será integrar o desenvolvimento das infra-estruturas públicas nas estratégias portuárias, seja através da melhoria das estradas, das escolas ou dos centros de saúde. Os portos, enquanto motores económicos, devem desempenhar um papel proactivo na melhoria das condições de vida das comunidades locais, contribuindo assim para uma urbanização sustentável e equitativa. Este tema enfatiza a criação de sinergias entre a infra-estrutura portuária e o desenvolvimento local.

Os portos podem tornar-se incubadoras de oportunidades económicas para as pequenas e médias empresas (PME) locais, apoiando iniciativas empresariais e reforçando parcerias com intervenientes económicos regionais. Este tema explora a forma como os portos podem estimular o empreendedorismo local, facilitando o acesso aos mercados e apoiando as empresas que beneficiam diretamente das atividades portuárias, fortalecendo assim o tecido económico local.



Com a transição ecológica em curso, os portos devem adaptar as suas infraestruturas para reduzir a sua pegada de carbono. No entanto, estas alterações não devem deixar de lado os trabalhadores locais e as PME que poderão ser afetadas. Este tema realça a necessidade de garantir uma transição justa, onde os impactos negativos sejam mitigados e onde os benefícios da transição energética beneficiem também as comunidades locais. Em 2025, esta abordagem inclusiva é crucial para um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

A Agenda 2030 das Nações Unidas estabelece objectivos ambiciosos para o desenvolvimento sustentável, incluindo a erradicação da desigualdade (ODS 10), a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo (ODS 8) e o desenvolvimento de infra-estruturas resilientes (ODS 9). Este tema permite que os portos façam parte desta dinâmica, promovendo iniciativas locais que alinhem as operações portuárias com os ODS, ao mesmo tempo que vão ao encontro das expectativas dos investidores e reguladores em termos de critérios ESG (Ambiente, Social e Governança).

Num futuro próximo, os investidores e as partes interessadas exigirão cada vez mais que os portos demonstrem uma gestão responsável e sustentável. Uma estratégia inclusiva que integre as necessidades das comunidades locais não só fortalece a reputação dos portos, como também melhora a sua atractividade para os investidores preocupados com os critérios ESG. Este tema responde a esta procura crescente, promovendo um modelo de gestão ético, sustentável e orientado para o bem-estar das populações locais.

***O Comité Executivo Alargado é convidado a estudar os temas acima propostos e a submeter um deles para adoção pelo Conselho como tema da 20ª Mesa Redonda que terá lugar durante o 45º Conselho em 2025. O Comité Executivo Alargado poderá também propor qualquer outro assunto como tema da Mesa Redonda do Conselho em 2025.***

21) VARIADO

22) ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DO COMITÉ.

***O Comité Director é convidado a comentar o relatório final ou a adotá-lo, conforme o caso.***



## **ANEXOS**

- Anexo A:** Projeto de ordem de trabalhos - Reunião do Conselho de Administração Alargado, Conacri
- Anexo B:** calendário de actividades para 2024
- Anexo C:** Estratégia de externalização da formação
- Anexo D:** Relatório sobre a auditoria das contas de 2023 do Secretariado Geral e do PTC
- Anexo E:** Projeto de Orçamento para 2025
- Anexo F:** Projeto de Agenda de Actividades 2025
- Anexo G:** Recomendações de formação EnMAR
- Anexo H:** Estruturas não activas a eliminar das contas da PMAWCA
- Anexo I:** Modelo de certificado de membro
- Anexo J:** Tabela de Comités Técnicos e Gabinetes de Rede e Portos Anfitriões de Reuniões